

INVENTÁRIO SOBRE O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS PERIÓDICOS NACIONAIS (2017-2022)

INVENTORY ON THE PEDAGOGICAL RESIDENCY PROGRAM AND TEACHER EDUCATION IN NATIONAL JOURNALS (2017-2022)

Recebido em: 29/08/2024

Aceito em: 04/12/2024

Publicado em: 17/12/2024

Evelyn Moreira Dias Gonzalez¹ 
Universidade Federal de Campina Grande

Simone Vieira Batista² 
Universidade Federal de Campina Grande

Patricia Sara Lopes Melo³ 
Universidade Federal do Piauí

Resumo: O artigo ora apresentado corresponde a um recorte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba. Tem por objetivo inventariar e analisar na produção acadêmica brasileira o tratamento dado à temática “Programa Residência Pedagógica (PRP) e Formação de Professores”. Este inventário está restrito à produção acadêmica em educação nos periódicos nacionais com *qualis A1, A2, A3, A4, B1 e B2* publicados no período de 2017 a 2022, conforme a lista da CAPES (quadriênio 2017-2020). A pesquisa envolveu a busca em *sites* de revistas utilizando descritores relacionados ao PRP. Na segunda etapa, os 91 artigos, sendo 65 com *qualis A* e 26 com *qualis B*, foram organizados em quadros considerando os seguintes aspectos: Recorte temporal e geográfico do objeto de estudo; Filiação institucional; Enfoque temático; Tendências Teóricas. O inventário dos periódicos acadêmicos nacionais com *qualis A* nos permitiu identificar algumas tendências, dentre elas: Aumento da produção acadêmica; Predominância das regiões Nordeste e Sudeste; Concentração em certos enfoques temáticos. Entretanto, identificam-se lacunas, como a falta de estudos sobre a relação do PRP com a Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Formação Continuada de Professores.

Palavras-chave: Programa Residência Pedagógica; Formação de Professores; Inventário; Periódicos Nacionais.

Abstract: The article presented here is a segment of a master's research developed within the scope of the Graduate Program in Education at the Federal University of Campina Grande, Paraíba. It aims to inventory and analyze the treatment given to the theme "Pedagogical Residency Program (PRP) and Teacher Education" in Brazilian academic production. This inventory is restricted to academic production in education in national journals with *Qualis A1, A2, A3, A4, B1, and B2*, published between 2017 and 2022, according to the CAPES list (2017-2020 quadrennium). The research involved searching journal websites using descriptors related to the PRP. In the second stage, the 91 articles, 65 of which were *Qualis A* and 26 *Qualis B*, were organized into tables considering the following aspects: temporal and geographical scope of the study object; institutional affiliation; thematic focus; theoretical trends. The inventory of national academic journals with *Qualis A* allowed us to identify some trends, including an increase in academic production, predominance of the Northeast and Southeast regions, and

¹ Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: evelyngonzalez.md@gmail.com

² Doutora em Educação – UFCG. Professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande e professora do Programa de Pós-graduação Educação da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: simone.vieira@professor.ufcg.edu.br

³ Doutora em Educação – UFPI. Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí. E-mail: patriciasara@ufpi.edu.br

concentration on certain thematic focuses. However, gaps were identified, such as the lack of studies on the relationship between the PRP and Indigenous School Education, Rural Education, and Continuing Teacher Education.

Keyword: Pedagogical Residency Program; Teacher Education; Inventory; National Journals.

INTRODUÇÃO

A formação de professores vem sendo objeto de debates e de profundas reformulações no Brasil e no mundo, conforme Nóvoa (1995) a formação de professores é o elemento mais importante na construção de uma escola de qualidade, pois dela depende a capacidade de os professores ajudarem os alunos a se tornarem cidadãos críticos e conscientes.

Nessa perspectiva, a formação de professores assume um papel decisivo na construção da educação como direito universal, dever do Estado e da Família (BRASIL, 1988), objetivando promover a formação humana e desenvolver suas potencialidades, mas também capacitando o cidadão-trabalhador. Essa capacitação, segundo Zoccoli (2009), apresenta um modelo de educação como direito de todos, porém os recursos e os investimentos são insuficientes para atingir o pleno desenvolvimento humano proposto. Assim, mesmo sinalizando diretrizes e princípios constitucionais que destacam a garantia de oferta e a qualidade do ensino - tais como destacam os art. 206, VII e art. 209, II, a educação brasileira, tem sido tomada por períodos incertos (BRASIL, 1988).

Diante desse cenário, surge o Programa Residência Pedagógica (PRP) instituído em 2018, como elemento contribuinte para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica⁴ em cursos de licenciatura, com formato e proposta que atende perfeitamente as demandas mercadológicas por profissionais formados em menor tempo e com custos reduzidos, por isso, uma das características do programa é a redução do processo de certificação e a indução da formação referenciada pelo currículo da educação básica centrado em habilidades e competências proposta pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, tal modelo de formação de professores a partir da pedagogia das competências contribui para o aligeiramento dessa formação por desconsiderar as inusitadas complexidades que coexistem nesse processo.

Este artigo traz à tona o que se tem publicado sobre o Programa Residência Pedagógica e a Formação de Professores, localizando na produção nacional de periódicos com *qualis A e B* quais filiações institucionais, recortes geográficos e temporais, enfoques temáticos e tendências

⁴Educação Básica é composta por três etapas: ed. Infantil, ensino fundamental, ensino médio, conforme a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

teóricas são predominantes nestas publicações e, desta forma, contribuindo para a produção de conhecimento na área de Formação de Professores no Brasil.

A pesquisa de mestrado, geradora deste artigo, advém de um Estado da Arte denominado Programa Residência Pedagógica e a Formação de Professores: a produção acadêmica no Brasil (2017-2022). Neste artigo, a escolha teórico-metodológica centra-se na publicização do Inventário, que permitiu identificar os aportes significativos *na e para* constituição desta área do conhecimento, mediante organização e catalogação dos estudos e pesquisas publicadas em periódicos nacionais com *qualis A1, A2, A3, A4, B1 e B2*, durante o período de 2017 – 2022. A escolha por este recorte temporal deve-se ao fato de o PRP ter sido implementado em 2018, contudo dados apontam para a ocorrência de apresentações do MEC/CAPES do Programa em 2017, além disso, desde o ano 2000 que experiências denominadas residência foram identificadas no país.

Para organização dos dados obtidos na pesquisa, este artigo está dividido em três seções: na primeira apresentamos uma breve contextualização do surgimento do Programa Residência Pedagógica (PRP); a segunda discorre sobre o inventário da produção acadêmica brasileira em periódicos nacionais sobre o PRP e a Formação de Professores com *qualis A1, A2, A3 e A4*; na terceira consta a catalogação dos artigos publicados em periódicos com *qualis B1 e B2*, nos dois últimos momentos, identificamos a filiação institucional, recortes temporais e geográficos, enfoques temáticos e tendências teóricas dos artigos. Por fim, nas considerações finais, apontamos as contribuições de estudos do tipo “inventário” para identificar os aportes e tendências significativas na e para constituição da área de formação de professores no Brasil.

BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA COMO ELEMENTO CONSTITUINTE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

A proposição de um momento formativo denominado “residência” na área da educação não é uma discussão recente no Brasil. A primeira proposta surgiu em 05 de maio de 2007, inspirada na residência médica, por meio do Projeto de Lei (PL) n.º 227, que propôs a residência educacional como elemento obrigatório da formação de professores habilitados para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, compreendida como “etapa ulterior de formação, com o mínimo de oitocentas horas de duração, e bolsa de estudo, na forma da lei” (BRASIL, 2007).

Neste PL⁵, a residência educacional, após dois anos de sua implementação como formação continuada obrigatória, seria exigida como certificado para aprovação/contratação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Dessa forma, a residência educacional se tornaria obrigatória para o exercício do magistério, o projeto suscitou debates e a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) se posicionou contra a proposta que sinalizava para o aviltamento da remuneração docente e desfavorecia a construção de “[...] um sistema nacional de formação, organicamente articulado entre as diferentes esferas – municipal, estadual e federal. [...] tal como está, a residência ficaria reduzida a um processo de certificação intraformação (FREITAS, 2007, p. 506).

Na esteira das alterações na política de formação de professores, em 11 de julho de 2007, a Lei n.º 11.502 modificou a estrutura organizacional e as competências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que histórica e tradicionalmente, esteve incumbida de organizar a formação de professores de nível superior, especialmente, da Pós-Graduação, passando a partir desse momento, a ser responsável por fomentar por meio de programas a formação inicial e continuada para docentes da educação básica. Essa mudança nas atribuições da CAPES deu origem a inúmeras políticas de formação docente, tanto inicial quanto continuada, mediante a proposição de um conjunto de programas em conformidade com as linhas de ação da Diretoria de Educação Básica (DEB), a saber: formação inicial - PIBID, PARFOR; formação continuada - Novos Talentos, Prodocência, Residência Docente, etc.; Formação Associada a Pesquisa - Observatório da Educação, Edital de Competências Socioemocionais; Divulgação Científica - Feiras de Ciências, Olimpíadas (SILVA NETO; LOPES; TORRES; BRANDÃO, 2016).

É nesse contexto, que em 2008 tivemos a primeira experiência denominada Residência Educacional desenvolvida nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - campus de Guarulhos. O projeto contemplava uma formação em quatro modalidades: infantil com carga horária de 135 horas, educação fundamental com 135 horas, educação de jovens e adultos tendo 65 horas e gestão escolar com carga horária de 65 horas. Em 2011 e 2012, respectivamente, surgiu o Programa Residência Docente (PRD) do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e o Projeto Residência Docente, promovida pelo Centro Pedagógico

⁵ O Projeto de Lei n.º 227/2007 foi arquivado, sem ter sido votado sob a alegação de necessidade de uma fonte de financiamento, contudo, experiências pautadas nos moldes do PL foram desenvolvidas no país, sob a alcunha de residência educacional, residência docente, residência pedagógica.

da Universidade Federal de Minas Gerais (CP/UFMG), ambos ofertados como uma Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Soma-se a essas experiências, a promulgação do Decreto nº. 6.755 de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica com a finalidade de organizar a formação inicial e continuada de professores para as redes públicas de educação básica no Brasil, cujo modelo formativo estava alinhado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 9.394 de 1996, estabelecendo uma formação docente, marcadamente influenciada pelos acordos de Cooperação Técnica, imbuído de formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, mediante uma formação alicerçada na aquisição de habilidades e competências a serem adquiridas pelos professores na formação inicial e uma formação prática desconectada da teoria.

Em 04 de fevereiro de 2014, foi apresentado o Projeto de Lei nº. 6 que propunha alterar a LDB nº. 9.394/96 mediante inserção da Residência Docente como uma etapa extra à formação inicial de professores da educação básica com duração 1.600 horas. Esta residência seria ofertada para estudantes de cursos de licenciatura com até três anos de formados, coordenada por docentes de IES e supervisionada por professores da rede de ensino onde a residência estivesse ocorrendo e com bolsa de estudo. Note-se que esta proposta continha um modelo bem próximo do atual PRP, contudo, este PL não tramitou devido controvérsias gerando a necessidade de debates com as associações e entidades de professores (SILVA; CRUZ, 2018).

Em 28 de fevereiro de 2018, por meio da Portaria nº. 38, foi instituído o Programa Residência Pedagógica (PRP) que diverge das experiências acima mencionadas: primeiro, por se tratar de um programa direcionado a formação inicial, proposto *a priori* como parte do processo de modernização do PIBID; segundo, o PRP tem como público-alvo discentes das licenciaturas tanto presencial quanto na modalidade à distância (EAD); terceiro, pode ser ofertado por Instituições de Ensino Superior (IES) da rede pública e privada; quarto, induzir a reformulação do estágio obrigatório das licenciaturas; quinto, fornecer auxílio financeiro (bolsas) aos licenciandos, coordenadores e orientadores; sexto, promover a adequação dos currículos a Base Nacional Comum Curricular⁶ (BNCC) regulamentada pela Resolução CNE/CP nº. 2, de 22 de dezembro de 2017.

⁶ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entrou em vigor em 20 de dezembro de 2019, dois anos depois da sua homologação.

Nessa perspectiva, o PRP torna-se um instrumento fundamental da “Nova Formação de Professores” conforme o modelo de educação estabelecido pelas políticas educacionais neoliberais implementadas no Brasil desde a década de 1990. O programa tem a CAPES como órgão responsável por conduzir e fomentar a formação docente mediante a publicação de editais de seleção de IES, a saber: o primeiro lançado foi o Edital CAPES nº. 6/2018 estabelecendo dentre outras que o PRP deve ter uma carga horária total de 440 horas distribuídas, em 60 horas destinadas à ambientação na escola; 320 horas de imersão, sendo 100 horas de regência, incluindo o planejamento e a execução de pelo menos uma intervenção pedagógica; e 60 horas destinadas à elaboração de relatório final, avaliação e socialização de atividades (CAPES, 2018).

Atualmente, de acordo com o Edital nº 24/2022 da CAPES, foram selecionadas 250 IES e disponibilizadas 30.840 bolsas para projetos institucionais compostos por subprojetos organizado conforme as áreas prioritárias: Alfabetização, Biologia, Ciências, Física, Língua Portuguesa, Matemática e Química, e áreas gerais: Arte, Educação Física, Filosofia, Geografia, História, Informática, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Sociologia, Intercultural Indígena, Educação do Campo e Pedagogia. Cada projeto é composto pelo coordenador institucional, docente orientador, preceptor e residentes.

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: INVENTÁRIO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA *QUALIS A*

O ponto de partida desta pesquisa foi o levantamento dos periódicos acadêmicos de educação nacional distinguidos com notas – *Qualis A1, A2, A3 e A4*. emitida pela CAPES, com a finalidade de elaborar uma lista contendo os periódicos nacionais de educação com o *qualis* acima mencionado. A lista dos periódicos científicos foi elaborada a partir dos dados disponibilizados na Plataforma Sucupira referentes ao quadriênio (2017-2020) e artigos desses periódicos publicados até dezembro de 2022.

A etapa seguinte consistiu em visitar a página de cada periódico e realizar a busca por artigos utilizando os seguintes descritores: ‘Programa Residência Pedagógica e Formação de Professores’, ‘Programa Residência Pedagógica e Formação Docente’, ‘Programa Residência Docente e Formação de Professores’. Fizeram parte deste estudo os artigos publicados em

periódicos nacionais, publicados no período de 2017 até 2022⁷, este recorte deve-se ao marco temporal de cinco anos de implementação do PRP como parte da Política de Formação Docente no Brasil.

Dando continuidade ao inventário, realizamos a leitura dos resumos e elaboramos quadros gerais com título do periódico, títulos dos artigos, autores, palavras-chave e ano de publicação. Ampliando a análise dos dados obtidos, posteriormente, organizamos por *Qualis A1, A2, A3 e A4* de acordo com os seguintes aspectos: a) Recorte temporal e geográfico; b) Filiação institucional; c) Enfoque temático; d) Tendência teórica.

Como resultado, localizamos um total de 65 artigos com *qualis A* distribuídos em 28 periódicos da área de educação, conforme o **Quadro 1** abaixo. Foram catalogados 09 artigos com *qualis A1* publicados nos seguintes periódicos: (2) Revista Ibero Americana de Estudos em Educação (1) Revista Brasileira de Educação, (1) Revista Holos, (1) Revista FSA Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA), (1) Revista Educação, (1) Revista Educação e Pesquisa, (2) Educação em Revista.

Quadro 1-Programa Residência Pedagógica e Formação de Professores: quantidade de periódicos e artigos com *qualis A*.

Qualis	Qualis A1	Qualis A2	Qualis A3	Qualis A4	Total
Quantidade de artigos em cada Qualis.	09 artigos	15 artigos	06 artigos	35 artigos	65 artigos
Quantidade de periódicos com publicação	07 periódicos	09 periódicos	04 periódicos	08 periódicos	28 periódicos

Fonte: Dados da pesquisadora, 2022

Os 15 artigos com *qualis A2* estão distribuídos em 09 periódicos, a saber: (2) Revista Práxis Educacional, (2) Revista Educação Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), (1) Educação em Questão, (2) Revista Eletrônica de Educação, (1) e-Curriculum, (1) Revista de Educação Pública, (2) Linhas Críticas e (1) Revista Horizontes, (3) Revista Cocar. Os 06 artigos com *qualis A3*, foram localizados em quatro periódicos (1) Reflexão e Ação, (2) Revista Inter-Ação, (2) Revista Educação e Formação, (1) Revista Espaço do Currículo.

Por fim, listamos 35 artigos em 08 periódicos *qualis A4*, sendo eles: (2) Revista Brasileira Educação do Campo, (1) Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico,

⁷ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) divulgou a avaliação quadrienal 2017-2020 do *Qualis Periódicos*, que afere a qualidade de artigos científicos no Brasil, a partir da análise dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos.

(2) Revista Ensino Interdisciplinar RECEI, (3) Revista Profissão Docente e (2) Revista Temas em Educação, (20) Formação Docente– Rev. Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, (3) Revista Paradigma, (2) Momento Diálogo em Educação.

Em seguida, identificamos a filiação institucional dos artigos, de acordo com cada *qualis*, assim, catalogamos 38 instituições, sendo 25 artigos filiados a Universidades Federais, Estaduais, Institutos Federais, e somente 01 publicação filiada à Universidade Particular - Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG). Destacamos, também, que as instituições que mais possuem publicações é a Universidade Federal do Pará (UFPA) com um total 10,77% dos artigos, seguida da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) com 9,23% dos artigos, e por fim, a Universidade Estadual do Ceará (UECE) com 7,69% dos artigos com *qualis A*. Observamos uma produção significativa de artigos filiados a instituições da região Sudeste, um total de 16,92% das publicações com *qualis A1*.

A predominância das instituições públicas na publicização das pesquisas é evidente, especialmente quando consideramos que a maioria dos artigos com *qualis A* está vinculada a Universidades Federais, Estaduais e Institutos Federais. Esse cenário pode ser explicado pela forte ligação dessas instituições com a implementação de políticas educacionais. Essas políticas frequentemente são alicerçadas em universidades públicas, que possuem não apenas a responsabilidade de formação de docentes, mas também o compromisso com a produção de conhecimento e a avaliação contínua das práticas educacionais.

A expressiva contribuição de universidades como a UFPA, UNIFESP e UECE, reforça o papel central das instituições públicas na pesquisa e desenvolvimento de soluções para os desafios educacionais do país, justificando sua liderança na produção acadêmica nacional.

Com relação ao recorte temporal eleito pelas pesquisas publicadas nos periódicos, conforme o **Quadro 2**, destacamos que 19 artigos não informaram no resumo o recorte temporal do estudo. Desse modo, alocamos esses estudos na categoria sem data precisa/sem recorte temporal explícito, este dado denota a necessidade das pesquisas explicitarem o recorte temporal dos trabalhos sobre o PRP e a formação de professores, a fim de situarmos temporalmente os objetos de estudo e compreender como a área vem sendo construída.

Quadro 2 - Programa Residência Pedagógica e Formação de Professores: recorte temporal dos artigos com *qualis A*

Recorte Temporal	Qualis A1	Qualis A2	Qualis A3	Qualis A4	Total
2009	01 artigos	00 artigos	00 artigos	01 artigos	02 artigos

2010-2018	00 artigos	01 artigos	00 artigos	00 artigos	01 artigos
2013-2014	02 artigos	02 artigos	00 artigos	00 artigos	04 artigos
2012-2018	03 artigos	01 artigos	02 artigos	03 artigos	09 artigos
Século XX (2019)	00 artigos	01 artigos	00 artigos	01 artigos	02 artigos
Século XXI (sem data precisa)	01 artigos	05 artigos	03 artigos	10 artigos	19 artigos
Século XXI (2018 a 2020)	01 artigos	02 artigos	00 artigos	09 artigos	12 artigos
Século XXI (2020 a 2022)	00 artigos	00 artigos	01 artigos	00 artigos	01 artigos
Século XXI (2021 e 2022)	01 artigos	03 artigos	00 artigos	11 artigos	15 artigos

Fonte: Dados da pesquisadora, 2022.

Destacamos ainda, 12 artigos cujos recortes temporais eleito foram os anos de 2018 a 2020, seguido por 15 estudos com recorte temporal entre 2021 a 2022. Inferimos desses dados que, a escolha destes recortes desvela que os estudos publicados nos periódicos com *qualis A* não estão limitados ao marco temporal de implementação do PRP a nível nacional em 2018, uma vez que 35 artigos possuem recorte temporal situados nos anos de 2009, 2010, 2012, 2013 e 2014, retratando as experiências anteriores ao PRP denominadas “residência”.

Para complementar essa análise temporal, o **Quadro 3** apresenta o recorte geográfico dos artigos publicados em periódicos com *qualis A*, que abordam o Programa Residência Pedagógica e a formação de professores. Este quadro nos permite visualizar a distribuição espacial dos estudos, destacando as regiões do país que mais contribuíram para a produção científica sobre o tema, bem como identificar possíveis lacunas regionais na pesquisa.

Quadro 3- Programa Residência Pedagógica e a Formação de Professores: Recorte geográfico dos periódicos com *qualis A*.

Recorte Geográfico	Qualis A1	Qualis A2	Qualis A3	Qualis A4	Total
Amplio – Brasil	03 artigos	04 artigos	03 artigos	13 artigos	23 artigos
Sudeste (SP, RJ, MG, ES)	03 artigos	04 artigos	00 artigos	04 artigos	11 artigos
Nordeste (PB, RN, PE, BA, CE, PI, AL, SE)	01 artigos	04 artigos	00 artigos	11 artigos	16 artigos
Sul (PR, RS)	02 artigos	00 artigos	01 artigos	01 artigos	04 artigos
Centro-Oeste (GO, MS, MT)	00 artigos	01 artigos	01 artigos	01 artigos	03 artigos
Norte (PA, TO, AM)	00 artigos	02 artigos	01 artigos	05 artigos	08 artigos

Fonte: Dados da pesquisadora, 2022

Os dados revelam que os recortes geográficos eleitos pelas pesquisas estão na região Nordeste, perfazendo um percentual de 24,62% das publicações, e 16,92% das publicações escolheram a região Sudeste. Compreendemos que esse quantitativo se deve ao fato de que a criação, a partir dos anos 2000, de diversas propostas semelhantes ao atual PRP, nesta região, tais como: Residência Educacional, Programa Residência Docente e outros programas que foram desenvolvidos em Instituições Federais, a exemplo do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Com isso, nos permitindo compreender que tais recortes se devem ao desenvolvimento destes programas nesta região.

Contudo, uma significativa parcela de artigos, 35,38%, não definiram nos resumos o recorte geográfico das pesquisas, assim, inferimos pela leitura que as pesquisas foram realizadas no Brasil, logo, catalogamos esses trabalhos sob o título - recorte geográfico (Brasil em sentido amplo).

Dentre os 16,92% dos artigos cujo recorte geográfico foi a região sudeste, destacamos que uma parcela significativa dessas pesquisas elegeram como foco o Estado de São Paulo. Essa concentração pode ser atribuída à robusta infraestrutura acadêmica e ao papel histórico que as instituições paulistas desempenham na condução de estudos voltados para a formação docente e a implementação de políticas educacionais. A terceira região, eleita como recorte geográfico foi a região Norte, com 12,31% dos artigos, a quarta foi a região Sul, com 7,69% dos trabalhos publicados. Com relação aos artigos ao recorte geográfico eleito ser a região nordeste, constatamos que 21,54% dos artigos possuem *qualis A4*, contrastando com a região sudeste que

Desse modo, observamos que a região Nordeste desponta com um quantitativo significativo de publicações com *qualis A*, particularmente, com 21,54% dos artigos *qualis A4*, estes trabalhos foram publicados entre os anos de 2020 a 2022.

Os dados nos permitiram refletir sobre o fomento e desenvolvimento das pesquisas em educação no Brasil, e a preponderância de publicações com *qualis A1* e *A2* na região Sudeste, acreditamos que tal fato, deve-se, também, ao surgimento dos primeiros programas/cursos de Pós-Graduação terem sido na região Sudeste.

A implementação e regulamentação da Pós-Graduação no Brasil iniciou-se em 1965, do artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Posteriormente, o Conselho Federal de Educação emitiu o parecer n. 977/1965, cujo objetivo primordial seria, corrigir as deficiências estruturais existentes principalmente na formação docente e na

qualificação de quadros voltados à produção científica para que contribuíssem com o desenvolvimento nacional.

A partir dos anos 1970, o financiamento das pesquisas em ciência e tecnologia foram expandidas devido a criação de “novas fontes de financiamento e pela flexibilidade institucional causada pelo surgimento de agências de planejamento econômico no campo de ciência e tecnologia" (SCHWARTZMAN, 2001, p. 8).

De acordo com esse autor, o montante de recursos destinados à ciência e tecnologia era tal que sobrava dinheiro. Desta forma, essas premissas resultaram na criação e destinação dos recursos para a Pós-Graduação centralizadas em instituições de ensino superior das regiões Sudeste, Sul e o Distrito Federal, especialmente para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como para aquelas instituições de ensino superior que estivessem à altura das expectativas, tais como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade de Brasília (UnB).

Dessa maneira, uma significativa parcela da população brasileira foi excluída, desde o início, da possibilidade de acesso à Pós-Graduação, pensada a partir de um caráter elitista, e desenvolvida nos grandes centros do Sudeste e Sul do país. O espaço acadêmico de produção e divulgação do conhecimento foi desenhado do centro da periferia, no qual os estados do Sul e Sudeste produzem e os estados do Norte e Nordeste consomem o que por eles é produzido (Santos, 2003). Este fato acaba por excluir grandes contingentes populacionais presentes no país, os quais poderiam apresentar outras epistemologias e regimes de conhecimento, complexificando e enriquecendo a ciência nacional (NAZARENO; HERBETTA, 2019).

No campo educacional mais amplo, talvez a obra *A pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire (2006), expresse, mais que um trabalho individual, uma síntese de um tempo de busca de ruptura com os processos colonizadores e a busca de acesso à alfabetização e à educação básica da grande massa do povo brasileiro na perspectiva de seus interesses. O golpe que consubstancia uma ditadura civil-militar não só vem com sustentação das forças hegemônicas do capital mundial e, agora, do imperialismo norte-americano, mas se subordina a essas forças e desencadeia um dos processos mais violentos de arrocho salarial sobre a classe trabalhadora e uma monumental concentração de renda e endividamento externo, em nome do milagre econômico.

No campo da educação, como evidenciam diferentes análises, ao longo de vinte anos e sob os auspícios do economicismo da “teoria do capital humano”⁸, protagonizou reformas da pré-escola à pós-graduação. Uma sinalização clara do sentido do economicismo foi que a Lei nº 5.692/1971 implantou a profissionalização compulsória, de cunho tecnicista e fragmentário, e de formação de mão de obra no primeiro e segundo graus de ensino, o que consubstanciava o que hoje denominamos de educação básica.

Esta mesma lógica foi reproduzida internamente em relação as revistas com *qualis A1* e conseqüentemente, aos artigos nelas publicados. Tal situação começa a se transformar a partir das políticas de ação afirmativas, especialmente, implementadas na década de 2000, na Graduação, e, posteriormente, nos Programas de Pós-Graduação de algumas instituições.

Quadro 4 - Enfoques temáticos dos periódicos com *qualis A* sobre o Programa Residência Pedagógica e a Formação de Professores.

Enfoques temáticos	Qualis A1	Qualis A2	Qualis A3	Qualis A4	Total por enfoque
PRP e Formação de Professores	06 artigos	08 artigos	05 artigos	16 artigos	35 artigos
PRP e Práticas Pedagógicas	00 artigos	02 artigos	00 artigos	11 artigos	13 artigos
PRP e Estágio Supervisionado	02 artigos	04 artigos	01 artigos	03 artigos	10 artigos
PRP e outros	01 artigos	02 artigos	00 artigos	04 artigos	07 artigos

Fonte: Dados da pesquisadora, 2022.

Na esteira dessa análise, os artigos localizados foram agrupados em quatro enfoques temáticos, conforme os títulos dos trabalhos e palavras-chave. Logo, obtivemos um montante de 53,85% dos artigos alocados no primeiro enfoque temático ‘**Programa Residência Pedagógica e Formação de Professores**’, sendo 9,23% dos artigos com *qualis A1*, 12,31% das publicações com *qualis A2*, 7,69% dos trabalhos com *qualis A3* e 24,62 das pesquisas com *qualis A4*.

Em relação ao segundo enfoque temático ‘**Programa Residência Pedagógica e Práticas Pedagógicas**’ foram quase 20% dos trabalhos que abordam a temática, constituído de 3,08% com *qualis A3* e 16,92% dos artigos com *qualis A4*.

Sobre o terceiro enfoque temático ‘**Programa Residência Pedagógica e Estágio Supervisionado**’ localizamos 15,38% dos artigos, a saber: 3,08% dos trabalhos *qualis A1*, 6,15% dos artigos *qualis A2*, somente 1,54% *qualis A3* e 4,62% dos artigos *qualis A4*. Por fim,

⁸ Ver: análise detalhada da concepção da “teoria do capital humano” em: Frigotto (1984).

o quarto enfoque temático ‘**Programa Residência Pedagógica e outros**’ foram catalogados 10,77% dos artigos, temos 1,54% do artigo *qualis A1*, também 1,54% do artigo *qualis A2*, nenhuma publicação *qualis A3* e 7,69% dos artigos *qualis A4*.

Em relação ao terceiro enfoque temático ‘**Programa Residência Pedagógica e Estágio Supervisionado**’ notamos que ainda existem muitas lacunas nesse debate, pois em todas as publicações com *qualis A1, A2, A3*, localizamos apenas 15,38% dos artigos que problematizam a relação do PRP e o Estágio Supervisionado, principalmente com as reformulações que os estágios sofreram nas IES a partir da implantação do Programa Residência Pedagógica (PRP).

O quarto enfoque temático ‘**Programa Residência Pedagógica e Outros**’ agrupamos um total de 10,77% dos artigos que estudam o PRP, mas não se encaixava nos enfoques temáticos acima mencionados, neste sentido, catalogamos 6,15% dos artigos que abordam o PRP e territórios indígenas, 4,62% dos trabalhos sobre o PRP e educação do campo. Os dados apontaram para uma incipiente discussão do PRP e essas temáticas.

Observamos que esses dados desvelam lacunas existentes na produção científica sobre PRP e a Educação Indígena e a Educação do Campo. Compreendemos que esse esvaziamento, deva-se, em parte, a existência do Programa de Iniciação à Docência – PIBID Diversidade, de acordo com o edital nº 066/2013 da CAPES de 06 de setembro de 2013, tinha vigência de 48 meses, contando da data de assinatura com os repasses de recurso, podendo ser prorrogado por um período igual, dessa forma as atividades do programa foram iniciadas em 2014 ficando ativo até 2018 (BRASIL, 2013).

Ressaltamos, que esse caráter prático do programa visa apenas uma formação da prática pela prática. Afinal, muitas das pesquisas abordadas apenas relatam as experiências formativas do PRP, sendo também caracterizados como cursos práticos, a saber: Ciências Biológicas, Física, Química, Educação Física e Matemática. Com isso, tivemos um quantitativo de 18,46% dos artigos com *qualis A* que refletem sobre a prática desprovida de fundamentação teórica e isso pode ter influenciado a escrita destes artigos que em sua maioria refletem sobre esse empobrecimento da prática docente do PRP na Formação docente.

Após concluída a etapa de inventariar os periódicos *qualis A*, centramos esforços para nova etapa de selecionar, organizar e analisar a produção acadêmica (2017-2022) dos periódicos com *qualis B1* e *B2*, foram listados 96 periódicos sobre Educação, contudo somente 39 revistas possuem publicações sobre a temática Programa Residência Pedagógica e a Formação de Professores, deste total de 28 artigos com *qualis A* e 11 artigos com *qualis B*. A

seguir apresentamos os dados dos periódicos com *qualis B*. Conforme consta o **Quadro 5**, abaixo:

Quadro 5 - Quantidade e títulos dos periódicos *qualis B* sobre o Programa Residência Pedagógica e a Formação de Professores.

Qualis	Qualis B1	Qualis B2	Total
Quantidade de periódicos com publicação	07 periódicos	04 periódicos	11 periódicos
Quantidade de artigos em cada Qualis.	08 artigos	18 artigos	26 artigos

Fonte: Dados da pesquisadora, 2022.

Nesse quadro temos um total de 26 artigos que compõe a quantidade de periódicos *qualis B* sobre a temática. Dentre eles encontramos oito artigos em sete periódicos *qualis B1*. Com *qualis B2*, temos 18 publicações em quatro periódicos.

Os dados apresentam o quantitativo de publicações e suas filiações institucionais, obtivemos 01 artigo filiado a um Instituto Federal, 11 a Universidades Federais e 04 a Universidades Estaduais do Brasil. As duas instituições que mais possuem filiação com as publicações são a Universidade Federal do Alagoas (UFAL) com *qualis B2*, e 15,38% dos artigos, e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) também com 15,38% dos trabalhos com *qualis B2*. A terceira instituição com mais filiação é a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com 7,62% dos artigos.

A região que mais possui publicações com *qualis B* foi a região Nordeste com 50% dos artigos, filiadas à Universidade Federal de Alagoas (UFAL) com quatro trabalhos *qualis B2*, Universidade Federal do Rio grande do Norte (UFRN) com duas publicações *qualis B2*, uma publicação *qualis B2* da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) com uma publicação *qualis B1*, dois trabalhos da Universidade Estadual do Alagoas (UNEAL) *qualis B2*, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) com uma publicação *qualis B2*, 01 trabalho do Instituto Federal do Alagoas (IFAL) em parceria com a UNEAL *qualis B2* e por fim, um artigo da UFAL em conjunto com Universidade Federal de Sergipe (UFS) *qualis B2*. A segunda com mais filiações, foi a Região Norte com 19,23% das publicações, sendo a UFAM com quatro publicações *qualis B2*, e uma da UFPA *qualis B2*.

A terceira região com mais filiação foi a Sudeste também com 19,23% das publicações *qualis B1*, sendo uma publicação da UFRJ, um trabalho na Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), uma pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), um trabalho da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e uma publicação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Por fim, a região Sul com 11,54% das publicações *qualis B1*, filiadas, respectivamente, a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) com uma publicação, um trabalho filiado a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e uma publicação filiada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em conjunto com a Universidade da Fronteira do Sul (UFFS). Ressaltamos que não encontramos publicação, filiada a instituições da região Centro-oeste. O **Quadro 6**, a seguir apresenta os anos de publicações dos periódicos *qualis B*.

Quadro 6 - Ano de publicação dos periódicos *qualis B* sobre o Programa Residência Pedagógica e a Formação de Professores.

Ano de publicação	Qualis B1	Qualis B2	Total
2017	00 artigos	00 artigos	00 artigos
2018	01 artigos	00 artigos	01 artigos
2019	00 artigos	00 artigos	00 artigos
2020	00 artigos	00 artigos	00 artigos
2021	02 artigos	03 artigos	05 artigos
2022	05 artigos	15 artigos	20 artigos

Fonte: Dados da pesquisadora, 2022

Não foi encontrado artigos publicados entre os anos de 2017 e 2018 provavelmente pelo fato de que a implantação do PRP ocorreu em 2018, apesar disto, localizamos um trabalho sobre a temática, publicado em 2018. Contudo, não encontramos nenhuma publicação em 2019 e 2020. Dentre o montante dos 26 trabalhos sobre o PRP e a Formação de Professores, observamos que o ano das publicações *qualis B* estão concentradas nos anos de 2021 a 2022, respectivamente de cinco e 20 artigos. Assim, em 2021, das cinco publicações, sendo dois artigos com *qualis B1* e três artigos com *qualis B2*. Tivemos um aumento significativo de 20 trabalhos em 2022, cinco com *qualis B1* e 15 *qualis B2*, conforme atesta o **Quadro 7**, abaixo:

Quadro 7 - Recorte temporal dos periódicos com *qualis B* sobre o Programa Residência Pedagógica e a Formação de Professores.

Recorte Temporal	Qualis B1	Qualis B2	Total
2010- 2013	01 artigos	00 artigos	01 artigos
2018-2020	03 artigos	03 artigos	06 artigos
Século XXI (2020 a 2021)	00 artigos	06 artigos	06 artigos
Século XXI (2021 e 2022)	01 artigos	03 artigos	04 artigos
2022	01 artigos	00 artigos	01 artigos
Século XXI (sem data precisa)	02 artigos	06 artigos	08 artigos

Fonte: Dados da pesquisadora, 2022

No **Quadro 7**, apresentamos o recorte temporal dos periódicos sobre o PRP e a Formação de Professores, os dados denotam o percentual de 30,77% dos artigos publicados sobre a temática, e que não nos resumos analisados não delimitar o recorte temporal do estudo, ou seja, sem data precisa

Quanto ao recorte temporal das pesquisas publicadas, apenas tivemos incidência de 3,85% durante os anos de 2010 a 2013, com *qualis B1*. Com recorte temporal 2018 a 2020, localizamos 19,23% das publicações. Nos anos de 2020 e 2021, 23,08% dos trabalhos, sendo todos *qualis B2*. Em 2021 e 2022 tivemos 15,38% das publicações, sendo 3,85% *qualis B1* e 11,54% *qualis B2*. Salientamos que obtivemos 30,77% das publicações sem data precisa.

Em conformidade com os dados do quadro acima, os artigos que não delimitaram recorte geográfico foram enquadrados com 34,62% dos artigos, sendo 19,23% com *qualis B2* e 15,38% com *qualis B1*. Também catalogamos, seis artigos com *qualis B2* que elegeram como recorte geográfico o Estado de Alagoas, em seguida, localizamos três artigos com *qualis B2*, cujo recorte geográfico foi o Estado do Amazonas.

Quadro 8 - Recorte geográfico dos periódicos com *qualis B* sobre o Programa Residência Pedagógica e a Formação de Professores.

Recorte Geográfico	Qualis B1	Qualis B2	Total
Amplio – Brasil	04 artigos	05 artigos	09 artigos
Sudeste (SP, RJ, MG, ES)	03 artigos	00 artigos	03 artigos
Nordeste (PB, RN, PE, BA, PI, AL, SE)	00 artigos	09 artigos	09 artigos
Centro-Oeste (GO, MS, MT)	01 artigos	00 artigos	01 artigos
Norte (PA, TO, AM)	00 artigos	04 artigos	04 artigos

Fonte: Dados da pesquisadora, 2022

O inventário revelou 34,62% das publicações cujo recorte geográfico foi a região Nordeste, todas com *qualis B2*. Com recorte geográfico, a região Norte, identificamos 15,38% das publicações com *qualis B2*. Seguida da região Sudeste, eleita como recorte geográfico de 11,54% dos artigos com *qualis B1* e a região Centro-Oeste, presente como recorte geográfico em apenas 3,85% da publicação com *qualis B1*. Não encontramos nenhum artigo que tenha elegido a região Sul como recorte geográfico.

Podemos constatar que a partir da análise dos dados que as publicações elegem como recorte geográfico predominante nos periódicos *qualis B* são das regiões Sudeste e Sul. Sendo compreensível devido à distribuição dos centros educacionais do país nessas regiões. Abaixo no **Quadro 9**, apresentamos os artigos com *qualis B* divididos conforme os enfoques temáticos.

Quadro 9 - Enfoques temáticos dos periódicos com *qualis B* sobre o Programa Residência Pedagógica e a Formação de Professores.

Enfoques temáticos	Qualis B1	Qualis B2	Total por enfoque
Residência pedagógica e formação docente	04 artigos	05 artigos	09 artigos
Residência pedagógica e práticas pedagógicas	02 artigos	11 artigos	13 artigos
Residência pedagógica e estágio supervisionado	01 artigos	00 artigos	01 artigos
Residência pedagógica e outros	01 artigos	02 artigos	03 artigos

Fonte: Dados da pesquisadora, 2022

Os dados do quadro acima elencam o quantitativo de 34,62% dos artigos cujos títulos e palavras chaves se encaixaram no primeiro enfoque temático ‘**Programa Residência Pedagógica e Formação de Professores**’, sendo 23,08% dos artigos *qualis B1* e 19,23% das publicações *qualis B2*.

No segundo enfoque temático ‘**Programa Residência Pedagógica e Práticas Pedagógicas**’ localizamos 50% das pesquisas, constituído de 7,69% dos artigos *qualis B1* e 42,31% dos artigos *qualis B2*. No que se refere o terceiro enfoque temático ‘**Programa Residência Pedagógica e Estágio Supervisionado**’ catalogamos somente 3,85% do trabalho com *qualis B1*. E o quarto enfoque temático ‘**Programa Residência Pedagógica e Outros**’ agrupamos 11,54% dos artigos, sendo 7,69% dos artigos *qualis B1* e 3,85% do artigo *qualis B2*.

Conforme os dados, constatamos que os periódicos com *qualis B1* tem mais publicações alocadas no primeiro enfoque temático “Programa Residência Pedagógica e Formação de

Professores”, com 04 trabalhos. Inferimos deste dado que o quantitativo é bem reduzido de estudos/pesquisas que abordem o PRP e a formação de professores das séries iniciais, da EJA, Educação do Campo. Afinal, são modalidades de ensino que são esquecidas nos estudos.

Esse Estado da Arte, aponta para a necessidade de ampliação dos estudos sobre a formação docente e o PRP. Dentre os artigos com *qualis B2*, catalogamos 11 artigos que cujos títulos e palavras-chave, os enquadraram dentro do segundo enfoque temático PRP e práticas pedagógicas. Esses trabalhos sobre o PRP e as práticas pedagógicas são pesquisas voltadas para compreensão e análise da formação inicial de professores, particularmente, docentes das disciplinas de ciências, geografia, física, matemática e química.

Em relação ao terceiro enfoque temático PRP e estágio supervisionado, os dados desvelaram que os estudos/pesquisas sobre essa temática são escassos, visto que localizamos apenas uma publicação *qualis B1* e nenhuma publicação *qualis B2*. Constatamos que tanto os periódicos com *qualis A* e quanto os com *qualis B* apresentam diversas um quantitativo ínfimo em relação a importância do estágio supervisionado para a formação docente e sua relação com o PRP.

Estes dados, desvelam a urgência na realização de mais estudos/pesquisas sobre o PRP e o Estágio Supervisionado, uma vez que, o programa destaca como um dos seus objetivos, “induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura”, considerando a experiência da residência pedagógica, buscando “aperfeiçoar a formação dos discentes dos cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e que conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente” (BRASIL, 2018, p. 1).

O PRP propõe reformular o estágio supervisionado e alinhar os cursos de formação de professores com as demandas e orientações da BNCC. Isto é, por mais que estejamos trabalhando e entendendo a residência pedagógica como um fazer e um pensar, devemos ressaltar que a escrita científica possui pressupostos teóricos, filiações ideológicas, concepções de formação, implicações que existem múltiplas concepções de professor que se deseja formar. (ALMEIDA; NORA, 2021). Para Freire (2001) não há neutralidade em educação.

Pimenta (2009) destaca que o estágio é o eixo central na formação docente, pois, é dele que o profissional conhece os aspectos indispensáveis para a formação da construção da identidade e dos saberes do dia a dia e se traduz como uma oportunidade importante da profissão docente.

Como componente curricular, o estágio pode não ser uma completa preparação para o magistério, mas é possível, nesse espaço, professores, alunos e comunidade escolar e universidade trabalharem questões básicas de alicerce a saber: o sentido da profissão, o que é ser professor na sociedade em que vivemos, como ser professor, a escola concreta, a realidade dos alunos nas escolas de ensino fundamental e médio, a realidade dos professores nessas escolas, entre outras (PIMENTA; LIMA, 2009, p. 100).

Desse modo, o estágio supervisionado situa-se em uma atividade que permite ao acadêmico a oportunidade de colocar em prática o aprendizado durante a sua formação e vivenciar a realidade do ambiente escolar. Além disso, proporciona ao licenciando que se consolide desenvolvendo esse componente teórico prático.

Para tanto, Silva (2018, p. 317) destaca que a proposta de Residência Pedagógica deve compreender uma “organização da formação inicial de professores, quiçá continuada, que alterne períodos de aprendizagem em escolas públicas e períodos de aprendizagem em universidades públicas, entendidos como espaços formativos dialéticos, portanto, não podendo ser tomados isoladamente”. Isso poderia contribuir para superar tanto a racionalidade técnica quanto prática, pela possibilidade de

[...] visibilidade conferida aos tempos e espaços de ensino aprendizagem, referidos não apenas a modelos abstratos e ou restritamente práticos, mas à ousadia de considerar a vida e o trabalho parte de uma rede de formação na qual a escola e a formação que ela oferece, necessariamente, atuam em colaboração com os ambientes de formação acadêmica (SILVA, 2018, p. 317).

No entanto, segundo a autora, a intencionalidade presente no PRP é

[...] de enfraquecer o conceito da unidade teoria-prática a um conjunto de procedimentos – ‘aprender a fazer’, ‘como fazer’, ‘como aplicar técnica’ –, descompromissado de uma concepção sócio-histórica e emancipadora, aliada à realidade material das condições de trabalho e da vivência cotidiana das escolas e comunidades (SILVA, 2018, p. 316).

De acordo com a autora, constatamos que o PRP visa enfraquecer a unidade teoria-prática, visto que proporciona uma ideia de práticas desprovidas de reflexões críticas. Portanto, as práticas são descontextualizadas da concepção sócio-histórica e emancipadora, comprometendo a integração entre teoria e prática no processo educativo.

Para tanto, ainda como alvo de críticas, temos o modelo de BNCC que foi inspirado na experiência americana de núcleo comum – common core, que se refere a “um conjunto de

indicadores para avaliação marcado pela forma de gestão preconizada pelos agentes políticos privados participantes da rede, a exemplo da Fundação Bill e Melinda Gates e da Pearson Corporation” (SANTANA; BARBOSA, 2020, p. 12-13).

Ressaltamos que os autores trazidos para essa discussão sobre estágio supervisionado e PRP são os mesmos autores dos textos mapeados e analisados, visto que contribuem para enriquecer o debate em questão. O quarto enfoque temático PRP e outros, localizamos três trabalhos. Portanto, observamos que nestes artigos algumas discussões em relação a educação do campo, práticas antirracistas e educação escolar indígena, foram contempladas de forma incipiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar a análise dos dados, que tiveram o objetivo central inventariar e analisar a produção acadêmica sobre Programa Residência Pedagógica (PRP) e Formação de Professores, concluímos que os dados ora apresentados sinalizam algumas tendências, dentre elas: aumento da produção acadêmica, predominância das regiões Nordeste e Sudeste, concentração em certos enfoques temáticos e lacunas temáticas na produção da área durante o período sob análise, particularmente em relação ao tipo de veículo utilizado para a divulgação das pesquisas, ou seja, os periódicos. Uma observação notável após a análise do material é que muitos dos textos que resultam de pesquisas que não oferecem uma apresentação clara sobre o recorte geográfico e temporal dos objetos de estudo dos trabalhos. Embora se deva levar em consideração que um artigo em um periódico difere de uma dissertação ou tese, a inclusão dessas informações de forma clara e objetiva auxilia os leitores a obterem uma compreensão mais precisa da problemática abordada, do contexto espacial e temporal no qual a pesquisa foi realizada, bem como dos sujeitos envolvidos, entre outros elementos.

No que diz respeito ao conteúdo dos artigos analisados, podemos fazer algumas inferências que nos permitem apontar, de forma concisa, certos aspectos de interesse:

- O aumento das publicações relacionadas à temática "Programa Residência Pedagógica e Formação de Professores" a partir de 2020 a 2022;
- A liderança das regiões Nordeste e Sudeste na produção acadêmica brasileira;
- A predominância de 35 periódicos *qualis A* voltados para o primeiro enfoque temático “Programa Residência Pedagógica e Formação de Professores” ao longo do período analisado;

- A concentração de estudos no primeiro enfoque temático revela uma lacuna de pesquisas relacionadas à educação do campo, educação escolar indígena e o estágio supervisionado.

Urge fomentar políticas públicas na e para formação de professores, pois as instituições de ensino, mesmo antes da implantação do Programa Residência Pedagógica (PRP), seguiam orientações para organizar e estruturar as Propostas Pedagógicas Curriculares (PPC) dos cursos e dos estágios supervisionados distanciados das propostas neoliberais. Isso se justifica pelo fato de que cada instituição carrega consigo uma identidade única, uma história peculiar e uma realidade social distinta. A análise dos dados coletados revela que o PRP, de certa forma, afasta-se da proposta dos estágios supervisionados enquanto momento formativo no qual a relação teoria e prática se daria, conforme escreveu Freire, o estágio seria o momento privilegiado no qual essa distância seria reduzida “[...] de tal forma que num dado momento, a tua fala seja a tua prática” (1967, p. 75). No entanto, a rigidez e padronização do currículo enfraquecem o diálogo sobre o PRP como elemento de aprofundamento desta relação e melhoria da formação de professores.

Portanto, é de extrema importância averiguar os efeitos do PRP no âmbito da formação de professores, a fim de determinar se as instituições federais beneficiadas com o programa obtiveram melhorias na formação inicial. Reiteramos que a autonomia das instituições deve ser mantida, uma vez que a elaboração dos PPC dos cursos de licenciatura deve refletir a realidade específica vivenciada por cada curso e instituição. A padronização impregnada no PRP pode, por sua vez, obstruir a esfera de diálogo entre diversos grupos sociais, limitando a capacidade de resolução de problemas, organização de estruturas e desenvolvimento de políticas públicas adaptadas às múltiplas realidades existentes.

Nesse contexto, enfatizamos a contribuição deste estudo como uma ferramenta valiosa para conhecimento sobre a área - Formação de Professores, ao identificar lacunas, predominâncias de recortes temporais, geográficos e enfoques temáticos. É igualmente relevante destacar a escassez de estudos “inventários” sobre o PRP e a Formação de Professores dentro do quantitativo dos periódicos classificados como *qualis A e B*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A., NORA Dalla, G. O Programa de Residência Pedagógica e o Estágio Curricular Supervisionado no curso de Licenciatura em Geografia: Uma experiência teórico-

prática. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 25, 2021. DOI:
<https://doi.org/10.5902/2236499461366>

BRASIL. CP, n. 001 e 002, 04 mar. 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988.

BRASIL/CNE/CP. **Resolução CP, n. 01, 30 jul. 1999**. Dispõe sobre os Institutos superiores de Educação.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado n.º 227**. Brasília: Senado Federal, 2007.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. (1982). **II Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG**. Recuperado de <https://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pós-graduação>.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967 p. 75.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo**. São Paulo: Cortez, 1984.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

NAZARENO, Elias; HERBETTA, Alexandre. F. A pós-graduação brasileira: sua construção assimétrica e algumas tentativas de superação. **Periódicos Eletrônicos em psicologia**, Natal, vol.24 no.2 Natal abr./jun. 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2019000200002. Acesso em: 30 jun. 2023

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2009.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <http://alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com/2011/08/as-pesquisasdenominadas-do-tipo-estado-da-arte-em-educac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília, DF: Ministério de Ciência e Tecnologia/Centro de Estudos Estratégicos. 2001.

SILVA, K. A. C. P. da; CRUZ, S. P. A residência pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências. **Momento - Diálogos Em Educação**, v. 27, n. 2, p. 227–247. 2018. DOI: <https://doi.org/10.14295/momento.v27i2.8062>.

SANTANA, Flávia Cristina de Macêdo; BARBOSA, Jonei Cerqueira. O dispositivo formativo da residência pedagógica: ataques, lutas e resistências. **Rev. Bras. Educ. [online]**. 2020. v. 25, e250065. Epub 14-Dic-2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782020250065>.

SANTOS, C. M. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 83, p. 627-641. 2003. DOI: 10.1590/S0101-73302003000200016.

ZOCCOLI, Marilise M. de S. **Educação superior brasileira: política e legislação**. Curitiba: IBPEX, 2009